

## **A CLASSE ESPECIAL NA CONJUNTURA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: UMA POSSIBILIDADE DE ESCOLARIZAÇÃO?**

Maria José Calado Souza. Glória Maria Alves Machado.  
Maria José de Souza Marcelino.

*E-mail: calado\_maria@hotmail.com. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. E-mail. gmamachado@hotmail.com. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e Prefeitura da Cidade do Recife. E-mail. mjs.maria@hotmail.com. Prefeitura da Cidade do Paulista e Araçoiaba*

### **RESUMO**

Na atual conjuntura da educação especial inclusiva, identifica-se na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco a classe especial para estudantes considerados público alvo da educação especial. Classe especial, que na sua gênese, funcionava como lugar de guarda e assistência, pautada num modelo de educação segregador e excludente que não visava a escolarização do estudante e, nesta, o direito à aprendizagem escolar. E hoje quando se discute, no mundo, a inclusão escolar e busca-se através da definição e implantação de políticas públicas educacionais alternativas para se garantir o direito inalienável a educação escolar de todos os estudantes, questiona-se qual o foco da classe especial. Neste aspecto, este artigo traz o resultado de uma pesquisa que buscou responder ao seguinte problema: a classe especial na conjuntura da educação especial inclusiva vem se constituindo em possibilidade de escolarização? Nesta perspectiva, a pesquisa teve como objetivo investigar se a classe especial na conjuntura da educação especial inclusiva vem se constituindo em possibilidade de escolarização. Para tanto, utilizou-se um questionário para coletar os dados. Os sujeitos foram professoras de classe especial que participavam de uma formação, promovida por uma Gerência Regional de Educação do Estado de Pernambuco. A análise e discussão dos dados, pautada numa abordagem de cunho qualitativo, confirmou o pressuposto inicial que foi na direção de distanciamento da classe especial da escolarização dos estudantes. A análise e discussão, também evidenciou que o foco da classe especial, no âmbito investigado, é a socialização dos estudantes. Quanto a contribuição pauta-se na premissa que a escolarização é um direito do estudante e que todas as oportunidades devem ser garantidas independentes do espaço educacional em que ele se encontrem.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva, Classe Especial, Escolarização.

### **INTRODUÇÃO**

O pensamento acerca da concepção da Educação Escolar Inclusiva, que traz em seu cerne a garantia da participação dos estudantes no mesmo espaço pedagógico, com condições que proporcionem o desenvolvimento da aprendizagem, assim contemplando a diversidade, possibilitou a reflexão sobre o foco da classe especial, a qual vem se mantendo no cenário educacional, mesmo com as mudanças trazidas pela atual Política de Educação Especial que vão na contramão dos princípios dessa classe. A resistência de permanência das classes especiais permite conjecturar sobre as possibilidades de aprendizagens que são oferecidas, de

modo a garantir a escolarização dos estudantes público alvo da Educação Especial.

A partir dessas reflexões e de experiências pedagógicas junto a professores de classes especiais, entre estas, a experiência em formação continuada, buscou-se responder a seguinte indagação: A classe especial na conjuntura da educação especial inclusiva vem se constituindo em possibilidade de escolarização? Nessa perspectiva, definiu-se como objetivo geral investigar se a classe especial na conjuntura da educação especial inclusiva vem se constituindo em possibilidade de escolarização. Seguindo nessa direção, definiu-se como objetivos específicos: Identificar o foco das atividades que são realizadas na classe especial; Apontar os recursos que costumam ser utilizados pelos professores nas atividades realizadas na classe especial; Verificar que atividades o professor costuma realizar com vista à escolarização na classe especial e Averiguar avanços percebidos na escolarização de estudantes na classe especial.

Nesta direção, as discussões teóricas aqui apresentadas estão de acordo com as categorias temáticas e foram referendadas em autores que discutem o tema em tela. Para a análise e discussão dos dados optou-se por uma abordagem de cunho qualitativo. A pesquisa teve como sujeitos 10 (dez) professoras de classe especial de uma Gerência Regional de Educação do Estado de Pernambuco. As discussões e os resultados apontam para a confirmação do pressuposto levantado inicialmente. A contribuição pauta-se na premissa de que a escolarização é um direito do estudante e que todas as oportunidades devem ser garantidas, independentes do espaço educacional em que eles se encontrem.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 define em seu Art. 58, a Educação Especial como “[...]a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” Assim, compreende-se que esta modalidade de ensino, faz parte da Educação Geral e que os estudantes público alvo, estão inclusos no ensino regular.

Todavia, em meio a compreensão de inclusão, observa-se o termo “preferencialmente”, o que leva a diferentes entendimentos, e pode permitir ações de exclusão dos estudantes, considerando que o despreparo dos sistemas de ensino “[...] para acolher todos, acabam realmente excluindo os casos que, por sua

complexidade, não têm no momento condições de atender [...] (RIBEIRO, 2003, p.47). Isso posto, a princípio, pode-se destacar na conjuntura atual dos sistemas de ensino, a educação especial, na qual, ainda se faz presente a classe especial, organizada, à primeira vista, de maneira pouco ou nada inclusiva, se comparada a sua organização inicial, quando pensada num modelo segregador, excluía seus estudantes do direito à aprendizagem.

Contudo, a despeito desse entendimento, mas não descartando essa realidade, considera-se pertinente uma reflexão acerca da possibilidade de uma nova organização da classe especial, (enquanto sua permanência nos sistemas de ensino), mesmo com ciência de que seus objetivos, se contrapõem aos da inclusão, tendo em vista que ainda é prática na educação do Estado de Pernambuco. No entanto, se faz necessário pensar nessa organização com o olhar direcionado a contribuição da educação especial inclusiva, com seus princípios para escolarização de seus estudantes.

Nesse sentido, é pertinente refletir que ações inclusivas são aquelas que favorecem a permanência com qualidade, sucesso e desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes no espaço escolar, dentre as quais, aquelas observadas não apenas em sala de recursos multifuncional, com o atendimento Educacional Especializado, o qual tem a função de complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias [...] (BRASIL, 2008) mas, em todos os espaços da escola, desde que haja, dentre outros aspectos, sensibilidade, compromisso e conhecimento dos sujeitos envolvidos, entre os quais, o professor, que estando ele, na sala de aula regular ou na classe especial, sua prática pode fazer a diferença mesmo em meio a diferentes entendimentos, considerando as nuances da importância de um sistema educacional inclusivo, onde a todos os estudantes são garantidos os direitos à aprendizagem.

## **CLASSE ESPECIAL**

A inclusão na educação, pelo menos em tese, é realidade. Todavia, se observa que caminhos ainda estão sendo percorridos objetivando sua concretude, ainda há a necessidade de pensar questões atinentes ao processo, tendo em vista que não é um processo exclusivo da educação especial, porque encontra-se condicionado a garantia do direito de todos independentes das diferenças que possam apresentar.

Em meio a educação escolar, ainda perdura algumas classes especiais, que tiveram suas raízes amarradas à concepção de integração que visa preparar

o estudante para o ingresso no ensino regular, partindo da premissa que “a integração ao sistema de ensino regular é um processo individual. Em que cada caso, deverá ser estabelecido o momento oportuno para que o educando comece a frequentar a classe comum” (BRASIL, 1995, p. 29). Esses espaços pedagógicos, considerados pertencentes a educação paralela a educação comum denominada de ensino regular, surgem, “[...] pautados na necessidade científica da separação dos alunos ‘normais’ e ‘anormais’ na pretensão da organização de salas de aula homogêneas, [...]” (KASSAR, 2009, p.24).

Assim, pode-se questionar qual o propósito da classe especial no contexto atual e se ela está na via da escolarização dos estudantes. Possivelmente a resposta é não, pois neste espaço pedagógico, de acordo com a literatura, se define o momento para o estudante ingressar na sala regular, justificando-se que os estudantes, público alvo dessa classe, necessitam ser preparados para tal fim, como se a ‘preparação’ só acontecesse em situação de segregação. Esse entendimento, vai na contramão da educação especial inclusiva, tendo em vista que imposições não podem ser realizadas. É preciso reconhecer ganhos ocorridos em espaços pedagógicos, comum a todos. E, neste sentido, a sala regular de ensino oportuniza, entre outros ganhos, a convivência com os pares, a aprendizagem compartilhada, a ajuda mútua, e, sobretudo, o respeito as diferenças. Dessa forma, reconhecer-se fazendo parte disso, é condição que favorece a efetivação da escolarização e conseqüentemente da aprendizagem.

Observa-se que o termo “favorecer” é diferente do termo “condição”, para efetivação da escolarização e da escolarização. Assim, compreende-se que a classe especial pode ou não ser reconhecida como um espaço que (des)favorece o processo de escolarização e, conseqüentemente, da aprendizagem. Além do que, esta não se encontra desvinculada da legislação educacional, portanto está posta como mais um espaço pedagógico para estudantes público alvo da educação especial.

## **ESCOLARIZAÇÃO**

A escola traz em seu cerne uma proposta de organização que visa favorecer não apenas a socialização, mas o ensino-aprendizagem. Portanto, como diz Goulart (2007) “, a escola é, então, lugar de encontro de muitas pessoas; lugar de partilha de conhecimentos, ideias, crenças, sentimentos, lugar de conflitos, portanto, uma vez que acolhe pessoas diferentes, com valores e saberes diferentes” (p.87). Neste sentido, a escolarização aqui entendida como um processo de ação/reação que envolve o ensino e a aprendizagem, perpassa por diferentes modificações e ajustes em todo o contexto da

escola, considerando a diferença como elemento que norteia as ações educativas, dessa forma, contribuindo para garantir o direito de aprender de todos os estudantes.

A escola, como lugar de partilha de conhecimento, lugar de ação/reação, em relação ao processo de escolarização dos estudantes público alvo da educação especial, tem demonstrado ser uma instituição que apresenta em suas ações, grandes desafios, tendo em vista as particularidades dos estudantes, muitas vezes atribuídas em função da deficiência.

A escola, muitas vezes, não dar conta da escolarização desses estudantes, deixando de cumprir o que lhe é cabível, diante das diferentes matizes e dificuldades existentes no fazer inclusivo. Todavia, isto não a exime da responsabilidade, de forma a buscar meios para atender as necessidades educativas desses estudantes. É preciso ultrapassar os possíveis entraves que levam muitos professores de classe especial a ficarem imobilizados, possibilitando-os a manter-se na busca da escola ideal, pois, como destacam Vasques e Baptista “apesar dos ideais inclusivos, os esforços almejam ainda a adaptação e a normalização, havendo uma certeza em relação a quem são os sujeitos da educação especial e quais são as suas (im)possibilidades educacionais.” (2013, p. 281). Para ultrapassar uma visão excludente e discriminatória é preciso compreender que:

A experiência de escolarização envolve uma construção compartilhada a partir dos nossos pressupostos a respeito de escola, aluno, educação, [...] Tais antecipações ganham significados a partir do contexto, da historicidade e da interpretação dos sujeitos e instituições envolvidas (Idem).

Nesse sentido, é preciso apoderar-se dos princípios inclusivos afastando-se de concepções que reforçam a crença na impossibilidade dos sujeitos público alvo da educação especial escolarizar-se e obterem conhecimentos, *a priori*, veiculados na escola pelos professores.

As formas de organização e funcionamento do trabalho pedagógico são, muitas vezes, determinantes para o processo de escolarização dos estudantes, pois o reconhecimento da responsabilidade de todos, constitui-se como fator indispensável em meio aos desafios existentes. Quase sempre são escassas as expectativas de aprendizagem em relação aos estudantes público alvo da educação em tela, o que deixa resumida a proposição de atitudes inerentes a escolarização. Nessa direção, como diz Carvalho (2013), perde-se oportunidade de discutir alternativas de aprendizagem para esses estudantes, isto é, indicar possibilidades de aprendizagem para realização do trabalho pedagógico.

## **METODOLOGIA**

Toda pesquisa científica pressupõe uma abordagem teórico-metodológica para subsidiar o levantamento e a interpretação dos dados, a qual expressa a opção do(s) pesquisador(es) para ‘olhar’ o objeto de estudo, uma vez que existem diferentes enfoques epistemológicos que explicam, de formas distintas, a relação sujeito-objeto na apreensão da realidade que está sob investigação, ou seja, “o referencial teórico de um pesquisador é um filtro pelo qual ele enxerga a realidade, sugerindo perguntas e indicando possibilidades” (LUNA, 2002, p. 32).

A opção aqui, para enxergar a realidade sob investigação, foi na direção da abordagem teórico-metodológica de cunho qualitativo que pressupõe objeto situado e histórico que não se desvela na essência, que não é passível de medição e quantificação, mas é passível de ser apreendido - de forma aproximada - no processo de pesquisa, uma vez que “o processo de abstração e reprodução da realidade numa linguagem compreensível certamente apresentará deformidades, posto que o mundo real jamais apresentará a sua essência quando representado simbolicamente” (SEABRA, 2001, p. 13).

Nesse sentido, o olhar do pesquisador é predominantemente indutivo, pois as inferências a que se chega decorrem de “[...] abstrações [que] são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos vão se agrupando” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.50), pois “não se trata de montar um quebra-cabeça cuja forma final conhecemos de antemão. Está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes” (Idem).

A opção segue a direção do que vem sendo revelado pela ciência atual, ou seja, o caráter dinâmico do conhecimento que está sempre se metamorfoseando. Esta, como diz Minayo (2000) “[...] é uma construção que se faz a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exercita a apreensão, a crítica, e a dúvida” (p.89).

Foi no entendimento de pesquisa como aproximação do objeto, que não se permite apreender na totalidade em decorrência do seu caráter dinâmico, temporário e modificável, que se priorizou a abordagem qualitativa, haja vista que o ‘olhar’ qualitativo atende melhor às análises dos fenômenos sociais.

Este estudo teve sua gênese em uma experiência de formação continuada com professores de classes especiais de uma Gerência Regional de Educação do Estado de Pernambuco. A formação objetivava discutir sobre o lugar da

classe especial para a escolarização de estudantes com deficiência. Nessa direção, a formação teve início com um levantamento, junto as professoras, do cotidiano da classe especial.

Para tanto, aplicou-se um questionário com questões abertas, com vistas a problematização do tema da formação. Dentre as questões propostas para o levantamento, priorizou-se 04 (quatro), na perspectiva de responder à questão que deu origem ao estudo: a classe especial na conjuntura da educação especial inclusiva vem se constituindo em possibilidade de escolarização? Para responder a questão inicial, definiu-se como objetivo investigar se a classe especial na conjuntura da educação especial inclusiva vem se constituindo em possibilidade de escolarização.

Partiu-se do pressuposto que a classe especial na conjuntura da educação especial inclusiva não vem se constituindo em possibilidade de escolarização, continua arraigada a crenças e valores oriundos do contexto em que emergiu.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo em foco foi realizado com 10 (dez) professoras de classe especial de uma Gerência Regional de Educação do Estado de Pernambuco, conforme quadro a seguir.

Sujeitos	Sexo	Tempo de exercício em classe especial	Formação acadêmica
Professora 1	Feminino	20	Pedagogia
Professora 2	Feminino	22	Pedagogia
Professora 3	Feminino	15	Pedagogia
Professora 4	Feminino	20	Pedagogia
Professora 5	Feminino	17	Pedagogia
Professora 6	Feminino	20	Pedagogia
Professora 7	Feminino	20	Pedagogia
Professora 8	Feminino	22	Pedagogia
Professora 9	Feminino	21	Pedagogia
Professora 10	Feminino	23	Pedagogia

**Quadro I** – Caracterização dos sujeitos.

**Fonte:** Próprios autores

A leitura dos dados evidencia que os sujeitos da pesquisa são todos do sexo feminino, com formação em pedagogia e com tempo de exercício em classe especial variando entre 17 e 23 anos. Portanto, considerando o tempo de atuação dos sujeitos em classe especial, pode-se dizer que a prática das professoras em tela teve sua gênese numa concepção de classe especial como lugar de guarda e assistência, sem foco na escolarização um dos princípios da educação especial inclusiva justificada na atual política de educação especial.

**Questão 1.** Qual o foco das atividades que você realiza na classe especial?

Sujeitos	Respostas
Professora 1	A partir de um planejamento anual dividido por unidade, dando ênfase aos eventos como carnaval, páscoa, festas juninas, entre outros.
Professora 2	De acordo com o nível de cada um.
Professora 3	Com atividades diversificadas, respeitando as diferenças e o tempo do desenvolvimento cognitivo de cada estudante.
Professora 4	Com práticas diversificadas e, em habilidades cognitivas diferentes, valorizando o desenvolvimento individual.
Professora 5	Utilizando o concreto (tocar, visualizar) pra depois partir para a leitura, escrita, pintura e colagem.
Professora 6	Com perseverança. Todos os dias são novas descobertas.
Professora 7	Com base em um planejamento, buscando adequar as necessidades de cada um.
Professora 8	A Partir da necessidade e dificuldade de cada um.
Professora 9	De acordo com o nível de dificuldade de cada um aluno, considerando sua especificidade.
Professora 10	Com atividades diversificadas, valorizando o desenvolvimento individual.

**Quadro 2** – Foco das atividades.

**Fonte:** Próprios autores

Ao se indagar os sujeitos da pesquisa sobre o foco das atividades que realiza na classe especial, as respostas dadas evidenciam foco no planejamento, em datas comemorativas, no reconhecimento do nível de desenvolvimento, no uso de atividades diversificadas, nas necessidades e dificuldades dos estudantes, na ênfase no concreto, na pintura e colagem.

Como o olhar aqui é sobre a escolarização em classe especial, a análise dos dados permite inferir que o fazer das professoras, distancia-se das proposições da educação especial inclusiva que tem como premissa o acesso e a permanência, com qualidade do estudante com deficiência em classe regular.

Essa inferência justifica-se no fato da leitura e a escrita aparecer apenas uma vez. A Professora 5 ao mencionar a leitura e a escrita em sua resposta não dá ênfase a esses aspectos da escolarização, haja vista que coloca no mesmo grau de importância o concreto, a pintura e a colagem. As respostas das professoras dão a entender que a classe especial não está para a escolarização dos estudantes com deficiências.

**Questão 2.** Que recursos você costuma utilizar nas atividades realizadas na classe especial?

Sujeitos	Respostas
Professora 1	Computadores, vídeos, televisão, folhas em geral, xerox, quadro, data show, entre outros.
Professora 2	O que a escola disponibiliza e sucata.
Professora 3	Aparelho de som, DVD, TV, jogos diferenciados, jornais, revistas, livros, tesoura, cola, lápis grafite e coloridos, materiais reutilizáveis, fotografias, etc.
Professora 4	Televisão, jogos, filme, história sem escrita, colagem, com objetos didáticos.
Professora 5	Quadro, piloto, jogos diferenciados, jornais, figura, revistas, músicas, livros, tesoura, cola, lápis grafite e coloridos, materiais reutilizáveis, caderno, pincel, e outros.



Professora 6	Livros didáticos, jornais e revistas, gibis, etc.
Professora 7	Pesquisa na internet, computador, livro didático, jogos educativos e livros paradidáticos.
Professora 8	Materiais concretos, jogos e brincadeiras, livros paradidáticos.
Professora 9	Quadro, música, contação de história, colagem, pintura, desenhos, TV, materiais pedagógicos como quebra cabeças e jogos de encaixe.
Professora 10	DVD, jogos, filmes, cartazes com objetos.

**Quadro 3** – Recursos utilizados nas atividades.

**Fonte:** Próprios autores

Quanto aos recursos utilizados pelas professoras na classe especial, pode-se inferir que escolas de uma Gerência Regional de Educação do Estado de Pernambuco estão equipadas com recursos diversos e necessários ao desenvolvimento de atividades em sala de aula, com vista a escolarização do estudante. Tudo vai depender de como o professor concebe a classe especial, reconhecendo nesta as singularidades dos estudantes e respeitando seu ritmo e tempo. Esse entendimento não responsabiliza o professor pela escolarização do estudante, mas parte-se da premissa que a concepção que se tem de uma realidade, direciona o agir dos indivíduos na respectiva realidade. Nesse sentido, a concepção do professor em relação a classe especial, direciona o seu fazer.

**Questão 3.** Que atividades você costuma realizar com vista à escolarização na classe especial?

Sujeitos	Respostas
Professora 1	Gincanas, dramatização, eventos culturais, etc.
Professora 2	A socialização dos estudantes.
Professora 3	Atividades intelectuais inserida no contexto atual.
Professora 4	Priorizando e valorizando as atividades intelectuais dos estudantes.
Professora 5	Festividades, eventos, projetos, etc.
Professora 6	Atividades envolvendo o cotidiano escolar. Tudo é vivenciado de forma prática, buscando transformar a teoria em prática.
Professora 7	Busca-se envolver a comunidade escolar.
Professora 8	Atividades com foco no social do estudante.
Professora 9	Atividades que proporcionem a Participação através da integração social.
Professora 10	Envolvendo a família e valorizando as necessidades intelectuais dos estudantes.

**Quadro 4** – Atividade realizadas com vista a escolarização.

**Fonte:** próprios autores

As respostas dadas, quando se indaga a respeito das atividades realizadas com vista à escolarização dos estudantes vai reafirmando o pressuposto levantado inicialmente. A medida que se recolhem e as examinam, vai se rematando o distanciamento da escolarização.

Os dados recolhidos junto as Professoras 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 9 quando examinados, negam a escolarização e reconhecem a classe especial como espaço promovedor de socialização. A ênfase é dada a situações que colocam os estudantes da classe especial em contato com estudantes de classes regulares.

As Professoras 3, 4 e 10 se referem às atividades intelectuais, sem contudo, deixar claro se elas tem como foco a escolarização. A intelectualidade do indivíduo é inerente a situações cotidianas e a situações acadêmicas, pois o indivíduo é por natureza um ser biopsicossocial e, nesse sentido, a intelectualidade se faz presente tanto em situações promovedoras de socialização, quanto em situações com foco na escolarização.

**Questão 4.** Que avanços você percebe na escolarização de estudantes na classe especial?

Sujeitos	Questão 1.
Professora 1	O principal é a socialização dos estudantes.
Professora 2	A socialização e o querer desenvolver as atividades propostas.
Professora 3	Respeito, autonomia, segurança, amizade e disciplina.
Professora 4	Oralidade, respeito, amizade, disciplina
Professora 5	Dons diferenciados, um estudante toca bateria, outros gostam de trabalhos manuais.
Professora 6	Os avanços são lentos.
Professora 7	A socialização, na minha opinião é o fundamental.
Professora 8	Ao grande desenvolvimento no nível intelectual de aprendizagem.
Professora 9	Participação e socialização.
Professora 10	Respeito, amizade, amor, família, disciplina.

**Quadro 5-** Avanços percebidos na escolarização.

**Fonte:** próprios autores

Quando questionadas sobre avanços referentes a escolarização dos estudantes, as Professoras 1, 2, 7 e 9 deram ênfase a socialização, conforme a transcrição a seguir: “O principal é a socialização dos estudantes” (1); “A socialização e o querer desenvolver as atividades propostas” (2); “A socialização, na minha opinião é o fundamental” (7); “Participação e socialização” (9).

Já as Professoras 3, 4 e 10 deram ênfase a condutas e comportamentos que não exclusivos de serem trabalhados na escola, tais como: “Respeito, autonomia, segurança, amizade e disciplina” (3); “Oralidade, respeito, amizade, disciplina” (4); “Respeito, amizade, amor, família, disciplina” (10).

A Professora 5 considerou como avanço na escolarização competências não acadêmicas “Dons diferenciados, um estudante toca bateria, outros gostam de trabalhos manuais”. A Professora 6 não mencionou nenhum avanço limitou-se a dizer que “os avanços são lentos”. Apenas a Professora 8 respondeu de forma aproximada ao perguntado “ao grande desenvolvimento no nível intelectual de aprendizagem”, sem, contudo ter especificado qualquer avanço.

Frente ao exposto, mais uma vez reafirma-se o distanciamento das classes especiais, de uma Gerência Regional de Educação do Estado de Pernambuco, do processo de escolarização do estudante com deficiência.

## CONCLUSÃO

O referencial teórico, reconhecido por Luna (2002) como filtro para desvelar a realidade, possibilita ao pesquisador dialogar com o objeto de estudo. O diálogo que se institui com o recolhimento e exame das partes, possibilita a construção de inferências acerca do objeto sob investigação, como afirmam Bogdan e Biklen (1994).

Foi com esse entendimento, analisando as partes que se reconheceu a confirmação do pressuposto acerca do problema que originou o estudo. Dizendo de outra forma, que a classe especial na conjuntura da educação especial inclusiva não vem se constituindo em possibilidade de escolarização para os estudantes com deficiência, continua arraigada à crença e valores oriundos do contexto em que emergiu.

A análise dos dados evidencia um distanciamento da escolarização dos estudantes em classe especial. Resume-se a escolaridade a socialização do estudante, dando a entender que para os estudantes com deficiência a escola tem objetivos distintos dos propostos nas Matrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

Evidencia também um fazer na classe especial, com vista ao desenvolvimento de condutas e comportamentos que não são exclusivos da escola, ou seja, é a família que cabe a maior responsabilidade em desenvolvê-los.

Esse entendimento dos sujeitos da pesquisa pode ter sua gênese no desconhecimento acerca da escolarização, como direito para o estudante em tela, ou na concepção que tem sobre a classe especial.

A questão que se deixa para reflexão não estar voltada para a extinção de classes especiais, haja vista que esta deve ter ou tem o seu valor pedagógico no que concerne a escolarização do estudante com deficiência, caso contrário não estaria resistindo ao tempo.

A reflexão que se deixa vai à direção de instituí-la como lugar de aprendizagem escolar, para alguns que reconheçam na classe especial, um lugar com possibilidades de atender as suas necessidades educativas, com vista a escolarização.

O estar e compartilhar do mesmo espaço pedagógico, classe regular, não dever ser uma imposição, mas um direito. As singularidades e necessidades educacionais do público alvo da educação especial são muitas e diferenciadas. Ao estudante e a família deve ser dado o direito de escolha: frequentar a classe especial ou a classe regular. Contudo, qualquer que seja o espaço pedagógico oferecido e escolhido deve se ter como premissa o que é direito de todos e a escolarização é um deles. O limite no desenvolvimento

de competências escolares será informado pelo estudante e não pré-determinado pelos responsáveis pela escolarização. Todavia todas as condições e oportunidades para que a escolarização seja efetivada, devem ser garantidas.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto d.1994. BRASIL. **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva,** Brasília, 2008.

CARVALHO, Maria de Fátima. **O aluno com deficiência intelectual na escola: ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano.** In MILETTI, Silvia Marcia Ferreira. KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhaes. (Org.) - **A Escolarização de alunos com deficiências.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

GOULART, Cecília. **A organização do trabalho pedagógico: alfabetização e letramento como eixos orientadores.** In **Ensino Fundamental de nove anos: orientação para inclusão de da criança de seis anos de idade.** Organização. BEAUCHAMP, Joanele. PAGEL, Sandra Denise. NASCIMENTO, Celia Ribeiro do. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LUNA, S. V. de. **O falso conflito entre tendências metodológicas.** In: FAZENDA, Ivani. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Cores. 2002.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde,** 7 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

VALQUES, Carla Karnoppi. BAPTISTA, Claudio Roberto. **Os desafios da escolarização de sujeitos com transtornos Globais do desenvolvimento.** In MILETTI, Silvia Marcia Ferreira. KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhaes. (Org.) - **A Escolarização de alunos com deficiências.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

SEABRA, G. de F. **Pesquisa Científica: o método em questão.** Brasília: UNB, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. **Perspectivas da Escola Inclusiva: Algumas reflexões.** In RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. ( org). Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp,2003.